

Justiça de Quem? Qual racionalidade?

MacIntyre, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual racionalidade?* Trad. Marcelo Pimenta Marques. São Paulo, Loyola, 1991, 439 páginas.

O professor MacIntyre, que tem suas idéias pouco difundidas entre o público brasileiro, inclusive no âmbito acadêmico e especificamente na investigação da filosofia moral, é de origem escocesa e lecionou em várias universidades britânicas e americanas. Atualmente nos Estados Unidos, MacIntyre faz parte de um movimento crítico das morais de caráter individualista-liberal conhecido como Comunitarismo, polemizando principalmente com a Teoria da Justiça do neocontratualista John Rawls.

Este seu livro *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* emergiu da necessidade, percebida pelo autor, de esclarecer alguns pontos polêmicos apontados pela crítica em virtude do seu primeiro trabalho de grande impacto dentro do debate da filosofia moral, *After Virtue*,¹ em que propôs uma reformulação da Ética das Virtudes com base na tradição aristotélica como uma alternativa às formulações da pesquisa moral do ponto de vista individualista liberal, já que esta, nas suas diversas nuances, ainda carece de uma defensabilidade mais consistente. Assim, desenvolvendo agora o tema da racionalidade do agir moral, MacIntyre espera resolver as incompreensões e os argumentos conflitantes de *After Virtue*.

MacIntyre primeiramente tece uma crítica contundente ao conceito de racionalidade impresso na pesquisa moral de caráter iluminista, pois se nos perguntarmos o que a justiça ou a racionalidade prática exige de nós, logo apresentar-se-ão várias respostas conflitantes. Por exemplo, "ser racional na prática, um grupo afirma, é agir baseado em cálculos de custos e benefícios, para si mesmo, de todos os cursos de ação possíveis e suas conseqüências. Ser racional na prática, afirma um gru-

1. MacIntyre, A. *After Virtue*. University of Notre Dame Press. Notre Dame, Indiana. 1981.

po contrário, é agir sob restrições tais que qualquer pessoa racional, capaz de uma imparcialidade que não concede nenhum privilégio particular aos interesses próprios, concordaria que devem ser impostos. Ser racional na prática, diz um terceiro grupo, é agir de maneira a alcançar o último e verdadeiro bem dos seres humanos” (p. 12). Assim, a aspiração central do iluminismo, isto é, a pretensão de uma racionalidade, que exige a adesão de todos os seres racionais a certos princípios independentes de qualquer tradição ou particularismo, parece cada vez mais distante. Por outro lado, essas posições conflitantes a respeito da justiça e da racionalidade prática atestam que pensamos e julgamos com base nas tradições que formam e informam a nossa cultura e que, portanto, a retórica do consenso acaba por escamotear os desacordos no debate moral em relação aos princípios fundamentais.

Desta forma, MacIntyre propõe em seu livro *“Justiça de Quem? Qual racionalidade?”*, uma concepção de racionalidade para a pesquisa moral que esclareça mais adequadamente os conflitos das várias formulações morais em competição, isto é, um conceito de racionalidade que nos ajude a compreender as visões conflitantes de justiça e de racionalidade prática que se revelam em nossas avaliações morais, bem como na pesquisa moral da filosofia acadêmica.

Segundo essa concepção, o Iluminismo nos privou de uma formulação da pesquisa moral vinculada a uma Tradição social e intelectual. Porém, mesmo aqueles que defendem um debate neutro a respeito das questões morais, portanto abstraído de todas as particularidades sociais, já aderiram a uma concepção de racionalidade e de justiça, que é aquela construída pela sociedade liberal. Sendo assim, é necessário introduzirmos o conceito da ‘racionalidade das tradições’ como recurso teórico indispensável para a discussão dos assuntos referentes à justiça e à pesquisa moral. Portanto, conclui MacIntyre, *“o legado do Iluminismo é a provisão de um ideal de justificação racional que se mostrou impossível atingir”* (p. 17). Isso confirma-se pelas divergências continuadas e crescentes dentro da pesquisa moral acadêmica — herdeira das filosofias do Iluminismo.

Explicitando o conceito de uma pesquisa racional incorporada numa Tradição social e intelectual, MacIntyre faz quatro considerações importantes:

1ª *“O conceito de justificação racional que melhor se conforma ao tipo de pesquisa é essencialmente histórico. Justificar é narrar como o argumento chegou ao ponto em que está”* (p. 19). Sendo assim, os primeiros princípios são justificados pela capacidade dos herdeiros de uma Tradição

particular em formular uma estrutura teórica superior a todas as tentativas anteriores;

2ª As formulações das pesquisas morais devem ser entendidas a partir de um contexto histórico. *“Isto quer dizer que reivindicações são feitas em nome de doutrinas cuja formulação é determinada temporalmente e que o conceito de atemporalidade é um conceito com uma história, um conceito que, em certos tipos de contexto, não é de forma alguma o mesmo conceito que em outros”*(p. 20). Desta forma, há uma diversidade de concepções de racionalidade e de justiça;

3ª A caracterização da diversidade das tradições com seus modelos de justificação racional explicitará melhor os fundamentos dos pontos de vista divergentes, onde se terá uma explicação melhor que aquelas propostas pelo Iluminismo;

4ª Por fim, o conceito de pesquisa racional inserida na tradição deve ser esclarecido pela exemplificação histórica das várias visões de justiça e de racionalidade prática.

Baseando-se especialmente nessa quarta consideração, MacIntyre toma a maior parte desta obra para exemplificar três tradições de pesquisa a respeito da ‘racionalidade prática’ e da ‘justiça’: a tradição aristotélica, a tradição agostiniana e a tradição da filosofia moral escocesa. Na exposição do desenvolvimento histórico dessas três tradições, revela-se que *“uma tradição de pesquisa é mais do que um movimento coerente de pensamento. Ela é um movimento ao longo do qual seus adeptos tornam-se conscientes dele e de sua direção e, de modo auto-consciente, tentam participar de seus debates e dar prosseguimento às suas pesquisas”*(p. 351). Sendo assim, uma tradição é mais consistente à medida que seus integrantes forem inventivos no encontro conflitivo com outras tradições, mostrando-se capazes de reconhecer seus limites conceituais e tendo sensibilidade para captar os recursos necessários para as devidas transformações.

Por outro lado, a narrativa das tradições evidencia que as várias tentativas de construir uma moralidade livre de qualquer tradição, seja apelando para a universalidade dos juízos, ou para a utilidade, ou ainda para as intuições comuns, carecem de uma defesa incontestável; e que o projeto de fundar uma ordem social em que os indivíduos possam emancipar-se da tradição é um projeto da sociedade moderna liberal e individualista. Aqui chegamos a um dos capítulos centrais que evidencia a posição contextualista de MacIntyre e sua crítica veemente ao liberalismo, o capítulo XVII: *“o liberalismo transformado em tradição”*. Assim, o liberalismo acabou por constituir-se em mais uma tradição de pesquisa, *“pois, no curso*

dessa história, o liberalismo, que começou como um apelo a supostos princípios de racionalidade compartilhada, contra o que se considerava a tirania da tradição, foi transformado em tradição cujas continuidades são parcialmente definidas pela interminabilidade do debate de tais princípios. Essa interminabilidade que, do ponto de vista do liberalismo nascente, era um grave erro a ser remediado o mais rápido possível, tornou-se, pelo menos aos olhos de alguns liberais, um tipo de virtude" (p. 361). Sobretudo, a teoria liberal é mais uma tradição social e intelectual que reivindica a adesão universal. Isso não quer dizer que não exista uma base neutra por meio da qual se possa solucionar os conflitos entre as tradições. Porém, esse é um problema interno que o liberalismo terá que solucionar pelos seus próprios padrões de racionalidade, sendo que seu fracasso corrobora a tese da 'racionalidade das tradições'.

A racionalidade de uma tradição revela-se consistente enquanto é capaz de oferecer respostas e justificações no enfrentamento de questões emergentes das novas situações. "Em cada estágio, crenças e juízos serão justificados, tendo como referência as crenças e juízos do estágio anterior, e à medida que uma tradição se constitui como uma forma bem-sucedida de pesquisa, as reivindicações de verdade, nessa tradição, serão sempre, de um modo especificável, menos vulneráveis ao questionamento e à objeção dialéticos do que suas predecessoras" (p. 386).

MacIntyre, herdeiro da tradição aristotélico-tomista, conclui que a sua tradição, no encontro com outras tradições, mostrou capacidade de superação e expansão a partir de seus próprios recursos, confirmando, assim, a racionalidade da mesma. Resta, então, às tradições rivais, já que não têm um padrão de argumentação independente da tradição, escrever suas próprias histórias. Portanto, "as reivindicações rivais da verdade de tradições conflitantes de pesquisa dependem, para serem justificadas, da adequação e do poder explicativo das histórias que os recursos de cada uma delas permitem a seus adeptos escrever" (p. 431).

Enfim, essa obra muito elucidativa é endereçada não somente à filosofia acadêmica, mas principalmente ao público leigo e a todos aqueles que querem compreender por que é tão difícil discutir problemas morais e chegar a um acordo sobre os princípios e regras que conferem racionalidade ao nosso julgar e agir moral.

Carlos Alberto Albertuni

Mestrando em Filosofia da PUC- Campinas - Bolsista CAPES